

DIPLOMACIA

Temor de guerra se alastrar

Vieira diz que chanceleres do G20 expressaram preocupação com o conflito na Faixa de Gaza e com o risco a outras nações

» ALINE BRITO
» MARINA DANTAS*

No último dia do encontro de chanceleres do G20, no Rio, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que um grande número de países, de todas as regiões, expressou preocupação com o conflito na Faixa de Gaza e o temor de que a guerra se alastre para nações vizinhas.

Vieira disse que os chanceleres “conferiram especial destaque” ao “deslocamento forçado de mais de 1,1 milhão de palestinos para o sul da Faixa de Gaza”. “Nesse contexto, houve diversos pedidos em favor da liberação imediata do acesso para ajuda humanitária na Palestina, bem como apelos para o fim das hostilidades”, ressaltou. “Vários demandaram a imediata libertação dos reféns em poder do Hamas.”

“Muitos se posicionaram contrariamente à anunciada operação de Israel em Rafah, pedindo que o governo de Israel reconsidere e suspenda imediatamente essa decisão”, informou. Ontem, Israel voltou a bombardear Rafah (leia reportagem na página 9).

Segundo Vieira, os representantes dos Estados membros do G20 concordaram que a única forma de solucionar o conflito no Oriente Médio é apoiando a coexistência pacífica entre Estados independentes de Israel e da Palestina. “Destacou-se ademais a virtual unanimidade no apoio à solução dos dois Estados como sendo a única opção possível para o conflito entre Israel e Palestina”, frisou. Houve reiterada condenação, também, à guerra na Ucrânia.

Mauro Pimentel/AFP



Todos concordaram que as principais instituições multilaterais (ONU, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e FMI) precisam de reforma para se adaptarem aos desafios do mundo atual”

Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores

Governança global

Na abertura do encontro, na quarta-feira, Vieira criticou a “paralisia” do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ante os conflitos pelo mundo. Na coletiva de ontem, ressaltou que a reforma da governança global, para o Brasil, é uma pauta “urgente e prioritária”.

“Todos concordaram com o fato de que as principais instituições multilaterais (ONU, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), entre outros, precisam de reforma para se

adaptarem aos desafios do mundo atual”, declarou.

Em relação à ONU, o ministro afirmou que os países integrantes do G20 entraram em consenso sobre a necessidade de a organização ter uma atuação mais contundente em relação à promoção da paz.

“Houve consenso quanto à essencialidade da organização para a paz e a segurança e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por isso, todos mencionaram a necessidade de se conferir impulso às discussões sobre a reforma da organização, em especial do seu Conselho de

Segurança”, destacou.

O chanceler acrescentou que as diferentes propostas existentes nesse sentido precisam ser debatidas. “E pretendemos impulsionar esse processo”, garantiu. Ele informou que o Brasil propôs uma segunda reunião de chanceleres, antes da Cúpula do G20, em novembro. “O G20 se reunirá, pela primeira vez, dentro da sede da ONU, para promover um chamado à ação em favor da reforma da governança global”, avisou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Blinken: aval à reforma

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, reiterou, ontem, que seu país discorda “fortemente” da comparação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez entre a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza e o Holocausto, mas evitou ruzgas com o chefe do Executivo.

“Obviamente, discordamos fortemente da comparação entre Gaza e o Holocausto, mas isso é algo que os amigos fazem. Podemos ter discordâncias sobre um aspecto de uma questão e ainda continuar o trabalho vital que estamos fazendo juntos”, minimizou.

Blinken afirmou que, mesmo tendo visões diferentes sobre a reação israelense em Gaza, os Estados Unidos e o Brasil defendem o fim da guerra no Oriente Médio. “Estamos unidos em ter objetivos compartilhados: tirar reféns, obter um cessar-fogo humanitário estendido, juntamente com mais assistência humanitária e terminar o conflito”, destacou.

Eficácia

Apesar das diferenças de opinião, o secretário de Estado dos EUA avalizou as declarações do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, de uma reforma na governança global. Ele avaliou o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) como pouco efetivo. “Temos que ter instituições mais responsáveis e mais eficazes”, ressaltou.

De acordo com o representante norte-americano, as instituições precisam refletir “mais o mundo de hoje”, em vez do mundo de quando foram criadas, “a maioria delas 80 anos atrás”. “Estamos atuando no esforço de expandir o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tanto em relação aos membros permanentes quanto de não permanentes, para que ele reflita melhor o mundo de hoje”, acentuou.

Sobre o conflito no Oriente Médio, Blinken falou que a “melhor forma de alcançar” um cessar-fogo é “trabalhar intensamente em um acordo para os reféns”, e que é justamente isso que o G20 está fazendo. “Todos nós queremos ver, depois de Gaza, o caminho para uma paz genuinamente durável e sustentável, para garantir que isso nunca mais aconteça de novo com israelenses e palestinos”, frisou.

As declarações foram dadas pelo chefe da diplomacia dos EUA durante coletiva de imprensa, ontem, no Rio de Janeiro, após o encerramento do encontro entre chanceleres do G20. (AB)

A Lavrov, Lula se oferece para colaborar pela paz

Um dia depois de receber o secretário de Estado americano, Antony Blinken, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, ontem, em Brasília, com o chanceler russo, Sergei Lavrov, que, horas antes, criticou o Ocidente por “acusar sem fundamento” Moscou, na reunião do G20.

O encontro entre Lula e Lavrov ocorreu no Palácio da Alvorada e terminou sem comentários à imprensa. Em nota, o Itamaraty disse que os dois discutiram a guerra na Ucrânia e confirmaram a ida do presidente brasileiro a Moscou. “Lavrov expôs as posições da Rússia em relação ao conflito na Ucrânia. E o presidente Lula reiterou que o Brasil continua disposto a colaborar com os esforços em favor da paz”, acrescentou o comunicado.

Lula tem se oposto à política de isolamento da Rússia, adotada por Washington desde o início da

invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, por considerar que o presidente ucraniano, Volodimir Zelensky, e as potências ocidentais compartilham a responsabilidade pela guerra.

Lavrov chegou a Brasília após participar da reunião no Rio de Janeiro dos ministros das Relações Exteriores do G20, presidido este ano pelo Brasil.

Em declarações à imprensa russa, Lavrov disse que alguns países ocidentais tentaram, sem sucesso, “ucranizar” a agenda da reunião.

“Alguns de nossos colegas ocidentais, na reunião ministerial do G20, tentaram fazer acusações infundadas contra a Federação Russa e ‘ucranizar’ a agenda de todas as formas possíveis”, afirmou.

No Rio, onde Lavrov chegou após passar por Cuba e Venezuela, o chanceler russo teve encontros bilaterais com seus

Ricardo Stuckert / PR



Lavrov expôs a Lula as posições da Rússia em relação ao conflito

homólogos do México, Bolívia, Paraguai, Turquia e Brasil, entre outros países.

As tensões entre o Ocidente e Moscou se intensificaram com a morte do opositor Alexei

Navalny na prisão, anunciada na sexta-feira.

As potências ocidentais responsabilizaram o presidente russo, Vladimir Putin, pela morte de seu principal crítico.

PODER

Governo recua, atende ao Centrão e anuncia cronograma de emendas

» EVANDRO ÉBOLI

Na busca de reduzir conflitos com o Congresso Nacional, o governo cedeu e vai estabelecer um cronograma para pagamento de emendas parlamentares, quase uma imposição do Centrão para votar com as propostas de interesse do Palácio do Planalto na Câmara e no Senado.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou, ontem, a criação desse calendário, após reunião com um grupo de parlamentares, na qual estava presente até o líder do opositorista PL, deputado Altineu Côrtes (RJ).

O anúncio de Padilha pode pacificar a relação dele com o presidente da Câmara, Arthur

Lira (PP-AL), que pediu a saída do ministro do cargo. O deputado alagoano tem acusado o auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não cumprir acordos sobre pagamento de emendas.

O calendário estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso, mas foi vetado por Lula. E esse encontro de Padilha com os parlamentares ocorreu horas antes do jantar do presidente da República com líderes de partidos, marcado para ontem, e no qual era aguardada a presença de Lira.

O governo estima pagar R\$ 14,5 bilhões em emendas individuais e de bancadas até 30 de junho, data limite para liberação

Gil Ferreira/Ascom - SRI



O ministro Alexandre Padilha fez o anúncio depois de reunião com um grupo de parlamentares

desses recursos, já que este é um ano eleitoral.

A preocupação dos deputados e senadores era de que o governo não executasse o pagamento dessas emendas integralmente antes do pleito,

dinheiro vital para suas pretensões políticas em 2026. Os prefeitos são a principal base de apoio de um deputado.

“Garantimos aos membros da CMO (Comissão Mista de Orçamento) que o governo vai

construir um cronograma de execução das emendas ao longo do ano, como a gente sempre faz, e que quer estabelecer a prioridade absoluta do empenho e pagamento desses valores da saúde e assistência social,

fruto de emendas individuais ou de bancada, no calendário eleitoral, para que permita os repasses desses recursos até a data limite da vedação eleitoral, que é o dia 30 de junho”, disse Padilha aos jornalistas, depois do encontro.

Padilha ressaltou, ainda, que o governo concorda em acelerar a execução das emendas e explicou que o veto de Lula era por causa das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que serão mantidas.

Ele destacou que a prioridade absoluta das emendas será para as áreas de saúde e assistência social, mas que haverá, em março, o que chamou de “janela extraordinária”, quando as emendas poderão ser remanejadas pelos congressistas.

Ao lado de Padilha, o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), frisou que o anúncio feito pelo ministro é “uma vitória do Congresso”, porque permitirá que esses recursos cheguem às contas das prefeituras ainda no primeiro semestre.